



A transposição do Rio São Francisco em sites de notícias de Sergipe e Bahia ¹

Michel de Oliveira Silva²
Thayza Darlen Machado³
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as matérias divulgadas em sites de notícias da Bahia e de Sergipe relacionadas à transposição das águas do Rio São Francisco. Baseia-se na hipótese de que a obra ocasionou uma divisão das elites regionais. Para confirmar ou refutar essa proposição utilizou-se a metodologia da Análise de Conteúdo, identificando e classificando as vozes e atores presentes nos relatos, bem como as referências aos aspectos políticos e ambientais. Com a análise do material empírico pode-se tecer inferências sobre a cobertura ligada ao jornalismo ambiental. O trabalho apresenta ainda uma breve análise comparativa entre os resultados obtidos na análise das notícias divulgadas nos dois estados contrários à obra do governo federal.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo ambiental; meio ambiente; recursos hídricos; mídia regional; Análise de Conteúdo.

Introdução

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa em andamento ‘Controvérsia ambiental na web regional: a transposição do Rio São Francisco em sites de notícias de Sergipe e Bahia’, desenvolvida como projeto de iniciação científica no Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA), da Universidade Federal de Sergipe. A pesquisa é um subprojeto de estudo maior intitulado ‘Jornalismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional: interfaces e conflitos’.

Tem como objetivo principal fazer um levantamento das notícias e opiniões sobre a transposição do Rio São Francisco veiculadas nos principais sites informativos de Sergipe e da Bahia, com intuito de identificar as vozes dominantes na construção do discurso acerca

1 Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Orientado por Sonia Aguiar, professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, onde coordena o Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA), e-mail: saguiar.ufs@uol.com.br.

² Estudante de graduação do 7º período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe, bolsista de Iniciação Científica (PICVol-UFS 2009-2010), e-mail: mytchells@gmail.com

³ Estudante de graduação do 5º período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe, bolsista de Iniciação Científica (PICVol-UFS 2009-2010), e-mail: dmthayza@hotmail.com



do tema, os argumentos contra e a favor, e as referências ao meio ambiente presentes ou não nas matérias. Nesse artigo iremos trabalhar apenas com os textos informativos veiculados no ano de 2007 (ver ítem 3).

O período de 2004 a 2009 foi escolhido por estar entre dois marcos bastante representativos: o lançamento do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em 2004 e a série de visitas feitas pelo presidente Lula às obras da transposição na segunda metade do ano passado. Após a delimitação do objeto de pesquisa partimos para a escolha dos veículos que seriam analisados. Os critérios utilizados para seleção dos sites baseou-se no marco temporal escolhido, na disponibilidade de banco de dados que permitisse recuperar as notícias e na possibilidade de utilizar mecanismo de busca por palavras-chave, utilizando a palavra “transposição”.

O passo seguinte foi o levantamento dos dados empíricos, obtidos através do material selecionado nos sites. A metodologia usada foi a Análise de Conteúdo, através da organização e classificação das matérias selecionadas em tabelas, divididas em critérios pré-definidos: data; gênero textual; título; resumo; origem, se da reportagem local, de outro veículo ou de agência de notícias; vozes e atores, destacando quem era ouvido ou citado na matéria e qual seu posicionamento ante o tema. De acordo com Herscovitz (2008, p. 126) a Análise de Conteúdo é um:

[...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens, impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.

Trabalhamos com a hipótese de que as controvérsias travadas desde 2002 dividiram as elites nordestinas, separando os estados em dois eixos: contra e a favor da obra. Desde 2004 o governo do presidente Lula retomou de forma mais incisiva a idéia de transpor parte das águas do rio para a região setentrional do Nordeste. A proposta não é recente, existe desde o Império com um projeto de Dom Pedro I, sendo retomada na segunda metade do século XX por João Batista Figueiredo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, até ser posto em prática com a chegada de Lula ao poder.

Em julho de 2004 o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), apresentou os prós e contras da obra que promete acabar com os problemas da seca no Nordeste, levando água para aproximadamente 12 milhões de pessoas (estimativa para 2025). O tema é bastante complexo, pois envolve fatores políticos, econômicos, culturais e ambientais. O São



Francisco é conhecido como “rio da integração nacional”, passa por cinco estados, cortando duas regiões do país. Ao longo de sua bacia desenvolveram-se diversas comunidades tradicionais, como aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas e remanescentes quilombolas.

Para muitos, a transposição é a grande obra que colocará o Nordeste no caminho do desenvolvimento; para outros, uma grande irresponsabilidade que causará danos ambientais irrecuperáveis, provocando a “morte” do rio, fragilizado com a devastação das matas ciliares e assoreamento do leito, que em alguns pontos tornou-se inavegável. Assim as opiniões se dividiram em dois blocos antagônicos: os que defendem a obra a todo custo, afirmando que não trará nenhum prejuízo; e aqueles que defendem a revitalização, com recuperação das matas ciliares e educação ambiental da população ribeirinha.

Nesse contexto, a mídia regional também se dividiu. Os diários de maior circulação dos estados a favor da transposição se uniram no Pool de Jornais do Nordeste, formado pelo Jornal do Commercio, Correio da Paraíba, Tribuna do Norte, Diário do Nordeste, Gazeta de Alagoas e O Estado do Maranhão, além do jornal O Meio Norte, do Piauí, estado que não será beneficiado. Do Pool fica de fora Sergipe e Bahia, contrários à obra. Os dois estados têm sua cultura bastante ligadas ao rio, com diversas cidades que se desenvolveram em suas margens. Como agravante da controvérsia regional estes estados eram governados, na época do lançamento do projeto, por aliados políticos do presidente Lula. Assim a tensão tornou-se cada vez maior, uma vez que a população mobilizou-se contra a obra, cobrando das lideranças políticas um posicionamento frente à transposição.

1. Jornalismo ambiental e critérios de noticiabilidade

Termos como efeito estufa, chuvas ácidas, zona de desertificação, poluição atmosférica, desequilíbrio ambiental, erosão do solo, contaminação do lençol freático, têm se tornado cada vez mais comuns. Os meios de comunicação de massa foram os principais responsáveis pela difusão desses termos, apropriando-se do discurso científico para divulgar notícias sobre o meio ambiente.

O chamado jornalismo ambiental é considerado tradicionalmente um subgênero do jornalismo científico, o que limita uma compreensão do campo, que envolve diversas temáticas - de políticas públicas a fatores econômicos, de aspectos culturais a desastres ambientais. A cobertura feita pela Folha de São Paulo da V Conferência sobre Mudança do Clima, realizada em Copenhague em dezembro de 2009, ilustra bem essa situação: todas as



matérias foram editadas na página de Ciência, mesmo que o enfoque tenha sido predominantemente político e econômico.

Para Bueno (2007, p. 14), o jornalismo ambiental “é resultado da articulação de múltiplos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais”. Ainda segundo o autor a cobertura relacionada ao meio ambiente não pode estar descolada do dia-a-dia das pessoas, que devem fazer parte do debate e participar ativamente dos processos decisórios, não buscando apenas fontes especializadas. Nesse contexto, Aguiar (2003, p.146) destaca que:

O enquadramento dos problemas ambientais como uma questão científica está diretamente relacionado aos conhecimentos – cada vez mais complexos – exigidos para sua compreensão, mas também à visão do senso comum sobre a ciência como corpo explicativo do mundo natural, e da tecnologia como aparato da intervenção da natureza. Assim, a comunicação ambiental teria “função” semelhante à da divulgação científica, de veicular informações técnico-científicas para o público em geral, com fins explicativos e educativos.

As rotinas produtivas fazem com que os jornalistas procurem fontes acessíveis, que respondam de forma rápida e objetiva aos questionamentos propostos pela pauta. Segundo Wolf (1999, p. 199) a proximidade social e geográfica é o fator determinante para a escolha da fonte, isso porque é necessário que o jornalista redija seu texto em tempo hábil. Somada à corrida contra o tempo, a relação estabelecida com a rede de fontes segue um modelo social onde o poder econômico e político é instrumento essencial. “As fontes que se situam à margem destas duas determinações muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa” (p.198).

As rotinas produtivas e o poder simbólico são, portanto, fatores decisivos na determinação dos valores-notícia, que são, de forma simplificada, os critérios pelos quais os jornalistas intuem o que tem potencial para ser transformado em notícia.

Tudo o que não corresponde a esses requisitos é ‘excluído’, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Não adquirindo estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a ‘matéria-prima’ que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa”. (Wolf, ano, p.198).

O discurso jornalístico é feito a partir de recortes, o que torna a verdade uma construção social, que privilegia certos aspectos em detrimento de outros. A notícia sempre é fragmentária, deixando silêncios que muitas vezes são propositais. Abreu Jr. e Villas Boas (1992) apresentam três formas de silenciamento encontradas na imprensa: a primeira delas, como já discutimos, está ligada à preferência por determinadas fontes, o que cria



“versões oficiais” que não levam em conta as pessoas localizadas nas posições inferiores da escala social. A segunda está relacionada à desvalorização do fato jornalístico que se tornou rotineiro. A derrubada de uma árvore no pátio de uma escola, por exemplo, pode se tornar uma notícia de primeira página, enquanto a derrubada de centenas de hectares na Amazônia é muitas vezes negligenciada. A terceira forma de silenciamento diz respeito à questão espacial, ou seja, quando dois acontecimentos com desfechos semelhantes acontecem simultaneamente em São Paulo e em Aracaju, o primeiro tende a ser noticiado nacionalmente, enquanto o segundo costuma ficar restrito à reportagem local.

A forma como a transposição do Rio São Francisco foi tratada pelos grandes veículos de comunicação do país é reflexo desse silenciamento espacial, uma vez que o Nordeste ainda é tratado pela grande mídia como uma região “subdesenvolvida”, que necessita de ajuda por parte das elites do eixo Sul-Sudeste.

[...] questões locais e regionais que afetam diretamente as populações mais desfavorecidas ou excluídas dos projetos de desenvolvimento do país (notadamente nesta fase da expansão mercantilista neoliberal) são ignoradas pelos meios de comunicação e por muitos jornalistas, ou reduzidas à questão de política econômica, na qual os interesses do grande capital são claramente sobrepostos (sem questionamentos) aos problemas das populações locais, sob a égide do Estado. (AGUIAR, 2008, p.4)

2. Recursos hídricos: entre o local e o global

A transposição do Rio São Francisco está inserida em um contexto mais amplo, baseado no discurso da escassez de água no planeta. O Nordeste sempre foi, e ainda é, associado à imagem da seca: de uma terra castigada pelo sol e pouca chuva, onde a aridez não permite que a vegetação se desenvolva; terra de homens e mulheres necessitados, raquíticos, assolados pelos vermes e pela fome. Esse retrato caricato do Nordeste foi criado ao longo dos séculos e atravessa gerações. Esse estereótipo foi reforçado pelas imagens divulgadas pela mídia, onde a terra rachada e o gado morrendo tornaram-se símbolos de uma realidade bastante questionável.

Segundo Caldas (2006, p. 164), a mídia exerce um papel fundamental na construção do imaginário popular, pois “alimenta” a opinião pública legitimando atos e ações. Assim as informações veiculadas pela imprensa em consonância com os interesses específicos de determinado grupo exercem uma forte pressão na mudança do curso da história. Podemos exemplificar essa situação com o lema da transposição: “água a quem tem sede”, que retoma e reforça o estereótipo de um Nordeste que não tem as condições básicas para o



desenvolvimento de povo, necessitando de ajuda externa, da intervenção direta do Estado. Esse discurso, quando reverberado pela mídia, ganha legitimação.

Dessa forma, o discurso dominante reduz a complexidade da questão da água no Nordeste, relacionada não só à “grande irregularidade na distribuição dos seus recursos hídricos”, como define o projeto do governo federal, mas também às sucessivas políticas de distribuição desigual dos açudes públicos e dos projetos de irrigação. Porto-Gonçalves (2006) alerta que a gestão dos recursos hídricos não é mais gerida por “políticos de bica d’água”; a disputa pelo controle e gestão da água revela uma crise da racionalidade instrumental:

A água tem que ser pensada enquanto território, isto é, enquanto inscrição da sociedade na natureza, com todas as contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder. (p.419).

Caldas alerta que “os recursos hídricos apresentam as mesmas características que tornam a Ecologia uma área de estudos multidisciplinar. Os problemas ambientais ultrapassam as fronteiras geográficas estabelecidas nos mapas de forma que a temática ambiental é, ao mesmo tempo, local e global” (p.159).

O discurso defendido pelo projeto da transposição estima que em 2025 aproximadamente 12 milhões de pessoas serão beneficiadas, com base na população total das localidades por onde a obra da transposição irá passar (cerca de 390 municípios), considerando que todas elas serão beneficiadas de igual modo. Não leva em conta, por exemplo, que cerca de 70 % da água da superfície terrestre é usada na agricultura, ou que um habitante urbano consome em média três vezes mais água que um habitante rural. O lema “água a quem tem sede” pode ser facilmente questionado, uma vez que grande parte das águas transpostas será destinada a regiões metropolitanas (em especial a de Fortaleza) e a usos com finalidade lucrativa.

2.1. Intervenções no Rio São Francisco

Maior rio brasileiro em extensão, o São Francisco exerce um papel crucial entre os recursos hídricos do país, tanto devido à sua localização quanto à distribuição espacial de suas águas. A bacia hidrográfica que compõe possui cerca de 2.800 km² e banha sete unidades federativas – dentre elas, Sergipe e Bahia. Por conta dessa magnitude, o “rio da integração nacional” vem sofrendo sucessivas intervenções em seu percurso, sobretudo para geração de energia, e agora passa por mais um processo de fragmentação, com a obra da transposição de suas águas para bacias hidrográficas de quatro estados: Ceará, Rio



Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O projeto começou a ser posto em prática em 2004, com a aprovação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), emitido pelo Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis. Mas vinha sendo viabilizado desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente em 2001, quando o Ministério da Integração teve um repasse de 70 milhões de reais para realizar os estudos técnicos para o projeto. Uma das razões para o insucesso das tentativas anteriores foi a falta de fundamentação e consistência técnica dos estudos.

No governo Lula a definição do projeto foi realizada em duas etapas: Estudo de Inserção Regional, verificando a disponibilidade e a demanda hídrica da região setentrional do Nordeste; e o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica, que avaliou um possível percurso para os canais e a viabilidade econômica da obra. A etapa seguinte foi a publicação do Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), feito por três empresas de consultoria. A cargo do Ministério da Integração Nacional, a obra foi dividida em dois trechos, Eixo Norte e Eixo Leste, recebendo investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (RIMA, 2004).

2.2. Entre a transposição e a revitalização

Um dos discursos dominantes acerca do projeto da transposição é o de que a obra vai possibilitar o desenvolvimento da região beneficiada, ou melhor: “passará a ter a segurança hídrica necessária ao desenvolvimento sustentável de sua população” (RIMA, 2004, pag. 11). Em sentido contrário ao defendido pelo relatório, Andrade (2002, p. 6) aborda o projeto com uma visão mais crítica. Ela defende que:

Ao olhar para os estados localizados na bacia do São Francisco, a hipótese ‘água = desenvolvimento’ está longe de ser realidade. Basta verificar os números na região onde abunda água, como nas margens do Velho Chico. As diferenças de desenvolvimento econômico entre o Alto, o Médio e o Baixo São Francisco são gritantes.

A idéia de revitalizar o São Francisco surgiu com a percepção de que ele deve ser capaz de sustentar a diversidade dos ecossistemas subaquáticos, altamente comprometidos com a construção de barragens como Sobradinho, que, além de contribuir com a aceleração do processo de assoreamento, impede que espécies que realizam a piracema possam se reproduzir. Outro ponto interessante assinalado por Andrade (idem, ibidem) diz respeito às questões econômicas e políticas que também podem estar em jogo nas obras de revitalização:



Se a população que vive ao longo da bacia do rio São Francisco não estiver atenta, a revitalização pode virar o ‘lobo vestido em pele de cordeiro’, e muitas outras obras com mais barragens e transposições podem ainda ocorrer em nome da ‘revitalização’ para atender objetivos muito particulares de certas agências e órgãos federais, e consórcios estaduais. Em nome da revitalização, as ‘laranjas da feira livre’ estarão mais caras, ou seja, as águas do rio São Francisco estarão ainda mais valiosas, mais valorizadas para uma atrativa arrecadação de impostos e taxas sobre o uso desses recursos.

Além dessa discussão entre transposição e revitalização, convém delimitar o significado dos dois termos utilizados para se referir à obra: integração e transposição. O Ministério da Integração Nacional (MIN) utiliza o primeiro termo, que, de acordo o dicionário Larousse⁴, significa o “ato ou efeito de integrar”, ou seja, tornar inteiro, completar, referência direta a frase “rio da integração nacional”. Já o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco (CBHRSF) utiliza o vocábulo “transposição”, “ato ou efeito de transpor”, ou seja, colocar algo em local diferente daquele em que estava. A utilização dessas duas palavras marca bem a dicotomia entre quem é contrário ou favorável à obra.

3. A cobertura da transposição em sites noticiosos

Com a pesquisa em andamento, foi feito um recorte no ano de 2007, que será analisado no presente artigo. A escolha não foi aleatória, levou em consideração a variedade de acontecimentos relacionados à transposição que ocorreram nesse período: decisão do Supremo Tribunal Federal de derrubar todas as liminares contrárias à obra; início das obras autorizado pelo Ibama; lançamento do edital para supervisão da transposição das águas do São Francisco; segundo jejum do Bispo Dom Fernando Cappio, personagem importante na mobilização contra a transposição; acirramento das mobilizações populares e de entidades contrárias à obra; paralisação temporária da obra devido a denúncias de irregularidades na licitação, dentre outras.

Uma das dificuldades encontradas para chegar à seleção final dos sites que foram objeto da análise empírica do artigo foi a ausência de banco de dados que permitisse recuperar as matérias publicadas nos anos pesquisados. Surpreendentemente, os sites dos veículos impressos de maior circulação da Bahia, como Correio da Bahia, A Tarde, Tribuna da Bahia e Folha da Bahia não responderam satisfatoriamente à busca,

⁴ Larousse, Ática: Dicionário da Língua Portuguesa – Paris: Larousse/ São Paulo: Ática, 2001



apresentando um número muito baixo de resultados. Além disso, a maioria ainda está em processo de digitalização dos conteúdos de suas edições impressas.

Como salienta Cunha (2004, p.3), um dos grandes problemas da pesquisa empírica em jornalismo é a dificuldade de acesso aos dados, que são a matéria-prima constituinte do objeto de investigação. Por não existir políticas públicas concretas que disponibilizem o material para consulta, o acesso a ele é condicionado pelas políticas particulares dos donos das empresas.

Devido a essa dificuldade operacional, optou-se por analisar apenas dois veículos de cada estado, existentes apenas em ambiente virtual, sem ligação direta com outros meios impressos. Uma peculiaridade dos quatro sites refere-se ao conteúdo divulgado, com a utilização de muito material de assessorias de imprensa e de agências de notícias. O que é bastante questionável, uma vez que estamos tratando de uma controvérsia regional e muitas das matérias divulgadas foram produzidas por agências da região Sudeste, que não está diretamente envolvida no debate, embora o rio tenha a primeira parte de seu trecho em Minas Gerais.

Dessa forma, o que serviria para reduzir a despesa na produção das notícias favorece a circulação da opinião dominante, como discute Wolf (ano, p. 206), ao se referir às notícias produzidas pelas agências e veiculadas pelos meios de comunicação: “a sua utilização [...] acaba por provocar uma forte homogeneidade e uniformidade das definições daquilo que constitui notícia. De entre todos os acontecimentos, acabam por ser considerados noticiáveis aqueles que as agências noticiam”.

A metodologia de Análise de Conteúdo permite que seja feito um mapeamento dos termos mais utilizados, bem como das personagens que têm voz no relato jornalístico e qual seu posicionamento, se contra ou a favor da transposição. Defendemos assim uma análise que não se baseia meramente na quantificação simplificada, como aponta (Herscovitz, 2008, p.126):

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que o conteúdo manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido”.



É importante assinalar que os sites analisados possuem uma cobertura fragmentada de conteúdo, não reportam o evento de forma contextualizada. Os fatos descritos, na maioria das vezes, apresentam informações estanques, ou melhor, que não exigem aprofundamento ou conhecimento anterior a cerca do assunto, como a autorização para o início das obras, encontros, protestos, palestras e debates a respeito do tema.

3.1. Notícias nos sites de Sergipe

Os sites escolhidos para a análise da cobertura sergipana foram o Portal Infonet e o site NE Notícias. O Portal Infonet foi o primeiro canal de notícias estritamente on-line do estado. Surgiu como meio de divulgar serviços de internet, mas com o passar do tempo evoluiu, tornando-se um site de notícias, embora ainda ligado à oferta de internet e outros serviços. Conta com uma equipe de quatro repórteres, dois estagiários e uma editora, e ainda colunistas de diversas áreas. Publica material da própria redação, de assessorias e de agências de notícia. O site do NE Notícias não apresenta histórico nem informações sobre o expediente. O que se pode constatar é que se trata de um site de clipagem, que divulga material de agências de notícias e assessorias, com ênfase na editoria de política.

3.1.1. Cobertura da transposição no Portal Infonet

Em 2007 o Portal Infonet publicou 37 matérias relacionadas à transposição. Destas 27 foram notícias e 10 notas, não houve nenhuma reportagem. Das matérias divulgadas 97,3% são focadas nas questões políticas, gerenciais e econômicas. Apenas uma apresenta um direcionamento para a questão ambiental: “O deputado federal Iran Barbosa (PT) advertiu ontem, 15, em audiência pública, que nenhum estudo sobre o impacto do projeto de transposição do Rio São Francisco considera as mudanças climáticas que serão provocadas pelo aquecimento global” (16/03).

A maioria das matérias é oriunda da Agência Brasil e de assessorias de comunicação, somando 54,5% das matérias. A reportagem local foi responsável por 45,5% do noticiário. As matérias sem fonte somam 16, e dentre as vozes de maior destaque está Henri Clay, presidente da OAB/SE, com quatro relatos. Rômulo de Macedo Vieira, do Ministério da Integração Nacional, é o segundo mais ouvido, com três citações. Os atores ligados aos movimentos contrários à transposição tiveram espaço, a exemplo do vice-presidente da Federação dos Pescadores de Alagoas e do coordenador da Caravana Contra a Transposição. O bispo de Barra (BA), Dom Luiz Cappio, foi ouvido duas vezes. Todas as



fontes são oficiais, ligadas ao governo ou ao poder judiciário. Não foram ouvidas fontes especialistas.

3.1.2. Cobertura da transposição no Site NE Notícias

Em 2007 o NE Notícias divulgou 118 textos sobre a transposição, dos quais 71 eram notícias, 42 notas, quatro entrevistas e apenas uma reportagem. Do total, 66 matérias são de agência de notícias ou produzidas por veículos de outros estados; 52 foram produzidas pela reportagem local, assim considerada as que não foram assinadas como sendo de agências ou outros veículos.

Foram identificados 40 textos sem fontes, em sua maioria notas e notícias de divulgação, a exemplo das sobre o andamento das obras. As vozes ouvidas nas matérias podem ser divididas em dois blocos principais: representantes do governo, com oito declarações do governador de Sergipe, Marcelo Déda; sete de Gaddel Vieira Lima, ministro da Integração Nacional; e três do presidente Lula, além de deputados e senadores sergipanos contrários à obra, que tiveram uma participação menos expressiva no debate. O outro bloco é formado por representantes do poder judiciário, que tiveram uma participação bastante ativa, com posicionamento contrário à obra. O presidente da OAB/SE foi ouvido em dez matérias; além dele o presidente nacional da OAB foi ouvido em três matérias, que parecem ter sido escritas pela assessoria do órgão.

Fora desses dois blocos principais, a fonte que teve maior voz foi o bispo da Barra (BA), Dom Luiz Cappio, que foi ouvido em seis matérias, sobre a segunda greve de fome em protesto à realização da obra. Um dado preocupante foi a falta de fontes especializadas. Em apenas duas matérias especialistas foram procurados, ambas oriundas de agência de notícias, sendo a mais relevante delas assinada pela Folha de São Paulo, que procurou três especialistas ligados à área de recursos hídricos. Em apenas uma matéria foi utilizada a fala de uma fonte não oficial ou especialista, no caso uma índia truká que teria parte da terra onde vivia alagada pela obra da transposição. A fala, no entanto, é pouco significativa: "E será que vão conseguir?", questiona sobre a viabilidade da obra.

O discurso político é predominante em mais de 90% dos textos, em detrimento do enfoque ambiental, que quando aparece ainda assim está diretamente associado aos fatores político-econômicos. Mesmo fontes que poderiam ter uma postura direcionada à questão ambiental não o fizeram, como o bispo Dom Cappio, que em 22 de fevereiro afirmou que: "falta ao governo uma 'decisão política mais lúcida' para frear as obras de transposição". O governador do estado, Marcelo Déda, em muitas de suas falas associou os fatores



políticos aos ambientais: “É preciso que, superada a questão do impacto ambiental, avancemos na discussão de uma política que atenda a todos os estados” - 12/01. O único discurso que desenvolveu um debate de viés ambiental foi do deputado federal Iran Barbosa: “nenhum estudo sobre o impacto do projeto considera as mudanças climáticas que serão provocadas pelo aquecimento global” (16/03).

3.2. Notícias nos sites da Bahia

A análise das matérias divulgadas na Bahia baseou-se nos sites Bahia Notícias e Bahia em Foco. O primeiro é dirigido pelo presidente da Associação Baiana de Imprensa (ABI), Samuel Celestino, e é descrito como um “veículo pautado na instantaneidade das notícias relativas à política e a assuntos diversos, mas, sobretudo, preocupado com a verdade dos fatos, estejam de que lado estejam”. O site assemelha-se a um blog pessoal, pela disposição vertical dos textos. A equipe é composta por nove jornalistas, oito columnistas, dois estagiários e um chargista. O site divulga notícias da Bahia, do Brasil e do exterior.

Enquanto o Bahia Notícias possui a seção “Quem Somos”, o Bahia em Foco não apresenta dados como direção, proposta editorial, nem expediente que possibilitasse a sua contextualização no ambiente da web. O portal é composto por 13 editorias. A maior parte dos textos advém de agências e assessorias de comunicação, todos eles relacionados com o estado da Bahia.

3.2.1. Cobertura da transposição no site Bahia em Foco

Em 2007 foram encontradas 29 matérias relacionadas à transposição do Rio São Francisco, 25 classificadas como notícia e quatro como nota. Desse total, 20 estão relacionadas à greve de fome do bispo Luiz Flávio Cappio. Das fontes utilizadas 19 advém de agências de notícias, sendo 17 da Agência Brasil e duas da agência Rio, quatro não foram assinadas, três são de assessorias e as outras três assinadas por jornalistas do site.

O conteúdo do Bahia em foco é quase todo oriundo de agências e assessorias de comunicação. Isso poderia refletir numa cobertura que fugisse aos interesses do estado, mas os filtros de seleção de conteúdos jornalísticos aplicados pelos editores do Bahia em Foco sempre destacam alguma informação que remete ao estado. Das 29 matérias, 20 tratam da greve de fome de Dom Cappio, o que equivale a quase 69% do total dos textos. A cobertura da greve, porém, não retratou a questão maior que fundamentou a greve do



bispo, ou seja, a questão do rio São Francisco, a contrariedade do religioso em relação ao propósito do projeto.

Outro fator importante a salientar é a ausência de perspectivas diferenciadas, da multiplicidade de vozes num mesmo texto, que é um dos princípios básicos da prática jornalística. A participação de movimentos sociais, tais como o MST e ribeirinhos atingidos pelas águas das barragens, foi noticiada, mas, as questões envolvidas nas reivindicações não eram aprofundadas. E assim como no BN, o enfoque ambiental só foi predominante em uma matéria, a do Presidente do CBHRSF, Tomaz Matta Machado.

3.2.2. Cobertura da transposição no site Bahia Notícias

Durante 2007 o Bahia Notícias divulgou 37 matérias relacionadas ao tema, todas elas enquadradas no gênero nota. Todos os textos são provenientes do próprio veículo, sendo que dois deles foram assinados por jornalistas do site, e os demais, não possuíam referência de autoria.

O tom que permeia as matérias é majoritariamente político. Grande parte delas é textualizada na voz do então ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), que conta com 37,8% da participação. Em seguida, com 24,3%, vem Dom Luiz Flávio Cappio, o bispo da Diocese de Barra (BA) que iniciou no ano de 2007 a sua segunda greve de fome, no intuito de paralisar as obras da transposição. Embora com baixa expressividade (13,5 %) movimentos sociais e entidades ligadas à Igreja Católica, como a Cáritas Brasileira e a CNBB, também foram mencionados nos textos. Dentre todas as matérias selecionadas, apenas uma apresentou temática inteiramente ambiental.

O discurso de Geddel Vieira - a principal voz do Ministério Nacional da Integração em 2007 – ilustra o seu posicionamento em relação à obra, como pode ser visto em matéria publicada no dia 6 julho: “Ninguém conhece melhor do que ele [Lula] os anseios do Nordeste. Falo em nome do Presidente que a integração das bacias hidrográficas e a revitalização do São Francisco são o que de melhor pode acontecer para todo o Nordeste Setentrional”.

No único exemplo que temos sobre o enfoque ambiental, o professor de Geologia Elói Campos afirma que “está ocorrendo uma intensificação no processo de utilização desses reservatórios naturais, e se esses recursos não forem bem geridos, poderemos assistir daqui a 20 anos uma diminuição na vazão do rio, resultando na perda de todas as obras da transposição”, fato diretamente relacionado com a gestão dos recursos hídricos por parte de empresas privadas.



O que se pode perceber, ao analisar de forma geral o BN, é que não houve preocupação em explorar o tema da transposição do rio numa perspectiva ambiental, nem mesmo social, apresentando a problemática envolvida na gestão e alocação dos recursos hídricos, nem a situação das comunidades que terão as suas terras alagadas.

3.3. Análise comparativa

Uma das grandes dificuldades encontradas na análise dos dados foi a grande quantidade de matérias divulgadas pelo site NE Notícias: enquanto a média dos outros sites foi de 34 matérias, este divulgou 108 textos. Isso dificultou a análise, pois a variedade de fontes e de origem impossibilitou uma quantificação precisa. O Portal Infonet e o Bahia Notícias têm uma estrutura organizacional bastante semelhante, enquanto o NE Notícias e o Bahia Negócios seguem o mesmo padrão de republicar notícias de outros veículos, de agências ou de assessorias, funcionando como sites de clipagem.

Nenhum dos quatro veículos estudados possui uma cobertura diferenciada. As fontes ouvidas são basicamente as mesmas, salvo as especificidades regionais. O bispo Dom Cappio, por exemplo, teve maior destaque nos sites da Bahia. Os relatos são baseados em versões oficiais de fontes do governo, com destaque para o alto envolvimento do poder judiciário nas manifestações organizadas em Sergipe. As fontes especialistas, que poderiam ser bastante exploradas, tiveram participação ínfima.

Percebe-se uma tendência à uniformidade do discurso, talvez decorrente da divulgação de matérias de agências de notícias. O foco dos textos sempre é político/gerencial, não há uma discussão consistente dos impactos ambientais que a obra pode causar. Apenas em citações pontuais a questão do meio ambiente é levantada, mas sem uma abordagem contextualizada. Apenas uma matéria não se encaixa nessa situação, a reportagem da Folha de São Paulo publicada pelo NE Notícias, intitulada “Transposição vai de ‘maluquice’ a ‘progresso’”, que ouviu três especialistas sobre o assunto.

4. Considerações Finais

Este trabalho, enquanto investigação em andamento, revelou dados iniciais que serão comprovados ou refutados com o término da pesquisa. Uma grande dificuldade encontrada foi o acesso às notícias divulgadas no período estudado. Por hora comprovamos a hipótese que a transposição do Rio São Francisco é tratada sob enfoque político/econômico, mesmo que esteja totalmente inserido num contexto ambiental.



Referências Bibliográficas

ABREU JR, J. B.; VILLAS BOAS, G. **O dito e o não dito na imprensa**. In: IV Colóquio Luso-afro-brasileiro de Antropologia, 1996, Rio de Janeiro. Territórios da língua portuguesa - culturas, sociedades, políticas. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio/Hamburg Gráfica Editora, 1996. v. 1. p. 489-495.

ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa**: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

AGUIAR, Sonia. Ciência, jornalismo e meio ambiente: confrontos discursivos. In: SOUSA, Cidoval M. (org.). **Jornalismo científico & desenvolvimento regional**: estudos e experiências. Campina Grande: EDUEPB, 2008. p. 168-180.

_____. Formação da cidadania: comunicação e informação da sociedade. In: Loureiro, Carlos Frederico B. (org.). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador, Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003. p.131-163. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/publicacoes/template02.cfm?idCodigo=20&participante=1&menu=158>

ANDRADE, Renata. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio**. Report International Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brazil. Agosto, 2002. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/renata_andrade.pdf

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação e jornalismo ambiental: conceitos e reflexões. In: Bueno, W. da C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007. P.11-54.

CALDAS, Graça e outras. **Cidadania e mobilização social na relação local-regional-global**: mídia e recursos hídricos. In: Andrade, A. de; Reimão, S.(org.). Fusões: cinema, televisão, livros e jornal. São Paulo: Editora Metodista, 2007. Disponível em: <http://posftp.metodista.br/publicacoes/docentes/artigos/artigo-0066.zip>

HERSCOVITZ, Heloiza G.. Análise de conteúdo em jornalismo. In: Lago, C.; Benetti, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 123-142.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2004). **Relatório de Impactos Ambientais**. Brasil: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/rima.asp>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O meio ambiente como mercadoria V: as contradições entre a teoria e a prática. In: Porto-Gonçalves, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.413-448

WOLF, Mauro. Da sociologia dos emissores ao “newsmaking”. In. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999. p. 157- 225.